



## DEFENSORIA PÚBLICA DE MATO GROSSO DO SUL

### I – DOS FATOS

A autora, Sra. Lourdes de Souza do Amaral adquiriu onerosamente o imóvel objeto da presente ação de usucapião no ano de 1992, do Sr. João Dias do Prado, sendo que o referido negócio jurídico não foi transcrito em registro público, face a impossibilidade financeira da mesma.

Outrossim, embora tenha adquirido o imóvel no ano de 1992, como comprova o ofício de solicitação de informações sobre o fornecimento de energia elétrica e água em nome da autora, a formalização da compra e venda só foi realizada no ano de 1998, consoante recibo em anexo, datado de 28/12/1998.

Cumpre salientar que a primeira requerente contraiu matrimônio, no regime de comunhão universal, consoante cópia de certidão de casamento em anexo, com o segundo requerente no ano de 2002, sendo que nesta oportunidade a primeira requerente possuía a posse do imóvel há aproximadamente 10 (dez) anos, logo, na presente data, os autores detêm a posse do imóvel usucapiendo de forma mansa, pacífica e ininterrupta por cerca de 17 (dezessete) anos.

Desta forma os autores preenchem os requisitos para a usucapião extraordinário, posto que estabeleceram no imóvel a sua residência, bem como, sempre pagaram o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e as prestações do mesmo, conforme comprovante em anexo, o que caracteriza seu *animus domini*.

Ainda informam os autores, que realizaram benfeitorias no referido imóvel, tais como a construção de mais dois cômodos: a cozinha e uma área, forraram todos os cômodos e construíram muro com grade de ferro.

O imóvel usucapiendo, denominado pelo lote urbano nº 25, da quadra 27, com área de 328,00 m<sup>2</sup>, possui os seguintes limites e confrontações: